



Saíra verde, Constantino Buteri.

O tabu da morte e a prevenção do suicídio nas universidades federais

The death taboo and suicide prevention at federal universities

Resumo

A Organização Mundial de Saúde propôs um plano de Ação para Saúde Mental com meta de redução em 10% da taxa global de suicídio. O Brasil tornou-se signatário desse planejamento e implementou uma Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção de Saúde, para o quadriênio 2017-2020. Nessa proposta, o segmento da educação foi inserido como ator e agente de intervenção, dado que o número de extermínio da vida atinge também crianças, jovens adolescentes e universitários. Diante disso, este artigo analisa como 15 universidades federais das regiões Sudeste e Sul do Brasil atuam¹ na prevenção do suicídio dos membros da comunidade acadêmica e apresenta sugestões para a implementação de um Programa de Prevenção do Suicídio para a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Palavras-chave: universidade; suicídio; prevenção.

Graciella Pimentel Rangel Kock

graciella.rangel@ufes.br

Universidade Federal do
Espírito Santo

¹ O presente estudo foi realizado entre agosto de 2016 e maio de 2019; portanto os dados apresentados referem-se ao período analisado.

Abstract

The World Health Organization has proposed a Mental Health Action Plan with a goal of reducing the global suicide rate by 10%. Brazil became a signatory to this plan and implemented an Agenda of Strategic Actions for Surveillance and Suicide Prevention and Health Promotion, for the 2017-2020 quadrennium. In this proposal, the education segment was inserted as an actor and agent of intervention, given that the number of extermination of life also affects children, young adolescents and university students. In view of this, this article analyzes how 15 federal universities in the Southeast and South regions of Brazil act in the prevention of suicide among members of the university community and presents suggestions for the implementation of a Suicide Prevention Program for the Federal University of Espirito Santo (Ufes).

Keywords: university; suicide; prevention.

INTRODUÇÃO

O processo natural para os seres humanos é o cumprimento do seu ciclo de vida, que se inicia com o nascimento, passando para o desenvolvimento pelas fases da adolescência, idade adulta, velhice, até a morte. Apesar do conhecimento sobre esse caminho natural e sobre seu término com a morte, evita-se falar dela. O homem não se prepara para a morte, nem para a perda de familiares e amigos (KOVÁCS, 2005).

Freud (2010) postulava que o ser humano necessita da imortalidade. Diante desse fato, como seria possível ele aceitar se preparar para morrer? Para o autor, seria necessário a todo sujeito pensar na própria morte todos os dias. Mas em sua dificuldade em lidar com a morte, o ser humano, sabedor de que um dia sua vida chegará ao fim, faz diversos questionamentos, devido ao desconhecimento e à incerteza quanto ao morrer.

Apesar de todos os estudos realizados em torno da relação do ser humano com a morte, o tema ainda continua sendo um tabu em diversas culturas. Em seu aspecto sociopsicológico, Ariès (2003) relata que a sociedade atual vive um interdito da morte que tem origem na “necessidade da felicidade, o dever moral e a obrigação social de contribuir para a felicidade coletiva, evitando toda causa de tristeza ou de aborrecimento, mantendo um ar de estar sempre feliz, mesmo se estamos no fundo da depressão. Demonstrando algum sinal de tristeza, peca-se contra a felicidade” (p.88).

Tal afastamento acentua-se ainda mais quando a morte está ligada ao suicídio, talvez pelo fato da quebra desse ciclo natural da vida ser feita de forma espontânea por quem tira a própria vida. Por isso, abordar essa temática não é algo simples, entretanto, diante do aumento do número de casos de suicídio em todo o mundo, e em especial nas universidades, faz-se necessário descortinar esse assunto para vencer o tabu.

Independentemente da abordagem teórica, o suicídio precisa ser estudado dentro do contexto em que ocorre, no qual questões adversas podem interferir na escolha do indivíduo sobre se autodestruir. Por isso, não faz sentido, segundo Gammone *et al.* (2016), caracterizar o suicídio como uma perda instantânea da vontade de viver, um impulso imediato gerado pelo isolamento. Os estudos sobre o tema são unânimes ao caracterizar o ato como subjetivo, tanto na ideação como na atuação.

Como apontou o estudo de Teng e Pampanelli (2015), há algo em comum nas ocorrências de suicídio, que é a convicção de que a vida “[...] seja então um espaço e um tempo habitados somente pela dor e pela infelicidade, tendo perdido todas as possibilidades de ser uma oportunidade de individuação e realização. O viver torna-se um esforço insuportável, uma pena sem fim” (GAMMONE *et al.*, 2016, p. 258).

Bahia *et al.* (2017) definem o suicídio como uma autoviolência, conduzida por ato intencional, em que o indivíduo é, simultaneamente, agressor e agredido, cujo intento dessa violência é eliminar o sofrimento, a angústia ou quaisquer outros problemas.

Em função da elevação do número de suicídios em diversas partes do mundo, muitas iniciativas foram tomadas no sentido de reduzir essas ocorrências, destacando-se as ações preventivas, que se mostraram as opções mais eficazes.

Em 2013, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017) adotou o primeiro Plano de Ação para Saúde Mental (2013-2020), cuja meta é reduzir a taxa de suicídios em 10% até o final do período nos países que têm um sistema de informação qua-

lificado e estratégias desenvolvidas. Além disso, o documento também menciona a necessidade do engajamento de instituições sociais e profissionais de diferentes áreas, com o intuito de oferecer apoio a pessoas vulneráveis e àqueles que fizeram pelo menos uma tentativa contra sua vida. Em linhas gerais, essas medidas podem trazer conforto a pessoas que perderam alguém para o suicídio e também podem ajudar a combater o estigma.

No Brasil, país que tornou-se signatário do plano de ação da OMS, conforme dados descritos no Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, publicado em 2017, a estimativa é de que, por ano, 800 mil pessoas morrem pela via do suicídio. Os dados apresentados nesse documento são preocupantes, pois o Brasil, atualmente, encontra-se entre os dez países que registram os maiores números absolutos de suicídios. Aproximadamente, um total de 11 mil pessoas cometem suicídio todos os anos no Brasil. Só entre 2011 e 2015, ocorreram 55.649 mil casos no país.

Para enfrentar esse problema, o país conta com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), os quais disponibilizam dados epidemiológicos sobre as tentativas de suicídio. Esses dados mostram que enxergar o suicídio como um problema de saúde pública possibilita a utilização dos instrumentos mais adequados para as medidas de prevenção.

Em relação ao aumento do número de suicídios em ambientes específicos, como as universidades, observa-se que há uma escassez de trabalhos sobre o tema, a partir da perspectiva da Psicologia e de campos correlatos. No entanto, não são raras as notícias veiculadas na imprensa e nas redes sociais sobre essas ocorrências em universidades públicas, a exemplo da Universidade Federal de Minas Gerais (BHAZ, 2018) e da Universidade de Brasília (KLEIN, 2018).

Nessas duas instituições, os fatos se deram dentro do campus universitário. Na universidade mineira, em maio de 2017, um aluno cometeu suicídio dentro do seu quarto na moradia estudantil. Às vésperas de completar um ano desse acontecimento, a instituição registrou mais dois casos de suicídio entre estudantes, os quais ocorreram no período de uma semana, no mês de abril de 2018. Até maio de 2019, já havia ocorrido mais dois casos de suicídio na Universidade Federal de Minas Gerais. Em junho de 2018, na Universidade de Brasília, uma aluna estudante de Ciências Sociais subiu no topo de um dos edifícios da instituição e se jogou de uma altura de 15 metros.

Essas ocorrências não são casos isolados. Em um breve levantamento realizado em sites de veículos de comunicação identificamos 15 casos de suicídios de estudantes de universidades federais, entre o período de 2016 e 2018, incluindo-se diferentes instituições, tais como: Universidade do Recôncavo Baiano (UFRB) em 2016; Universidade Federal de Minas Gerais, em 2017, 2018 e 2019; Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 2016 e 2018; Universidade Federal do Acre em 2018; e Universidade Federal do Tocantins em 2017, entre outras.

Mesmo esse número sendo significativo, sobretudo no que tange ao curto espaço de tempo em que se sucederam as ocorrências, acreditamos que ele está subestimado. Isto porque, em pesquisa nas redes sociais neste mesmo período, percebemos que o número de casos citados sobre suicídio de universitários foi maior do que os publicados em sites de notícias, uma vez que este é um tema que a imprensa não elenca entre os critérios de noticiabilidade para veiculação, justamente devido aos tabus envolvendo a questão.

Ao expandir a pesquisa incluindo as universidades estaduais, esses números tendem a aumentar, visto que somente na Universidade de São Paulo (USP), entre maio e junho de 2018, foram registradas quatro mortes de estudantes por suicídio, o que levou à criação imediata do escritório para acolhimento dos discentes (INFOMAR, 2018).

Considerando esse cenário, Dutra (2012) comunga da ideia acerca da obscuridade que permeia a prática do suicídio em determinados locais, como o espaço acadêmico. Para a autora, o suicídio entre jovens é comum e ocorre nas mais diferenciadas regiões do Brasil, mas o registro de tais ocorrências não corresponde à realidade, pois em muitos casos o problema acaba sendo ignorado, devido a tabus e preconceitos.

Neste contexto, diante do aumento de casos de suicídios entre os jovens e considerando as diretrizes nacionais de prevenção do suicídio envolvendo as instituições acadêmicas, analisamos neste artigo como 15 universidades federais das regiões Sul e Sudeste do país têm formulado políticas de prevenção do suicídio em seus campi e como a Universidade Federal do Espírito Santo pode desenvolver esse tipo de iniciativa.

Universidades contra o suicídio

As inquietações acerca do ato suicida ao longo dos séculos, aliadas às diferentes abordagens dos estudos psiquiátricos, sociológicos e psicológicos, despertaram o interesse em estudar esse fenômeno, o qual se apresenta como multifatorial, o que requer a atenção por parte da ciência, dos governos e demais agentes envolvidos com as causas sociais (FERREIRA JUNIOR, 2015).

Mesmo com o desenvolvimento de pesquisas científicas, e com atenção especial das instituições sociais e órgãos governamentais, o número de suicídios não parou de crescer, visto que na sociedade contemporânea ele se manifesta como um grave problema de saúde pública (CRUZ; CAMARGO, 2017).

Como descrito por Barbosa, Macedo e Silveira (2011, p. 235), “[...] pensar em suicídio é se entregar a uma busca incansável dos porquês. É refletir sobre quais sentimentos, faltas, lacunas ou mistérios [...]” permeiam esse ato de autodestruição.

A preocupação com o suicídio se intensifica, sobremaneira, nas sociedades democráticas, rompendo os preconceitos e tabus que, durante séculos, foram considerados por muitas instituições, como a Igreja e o Estado, e até mesmo por estudiosos do assunto. Assim, muitas indagações ainda persistem, como por exemplo, por que as pessoas se matam, o que aconteceu com aquela pessoa para desistir de viver e se matar, etc. Com efeito, a ciência moderna, sobretudo pela influência da interdisciplinaridade, desenvolve estudos com múltiplas abordagens, a fim de esclarecer muitas questões ainda nebulosas e propor medidas de enfrentamento e prevenção ao ato suicida (BARBOSA; MACEDO; SILVEIRA, 2011, p. 235).

A discussão é ampla, pois, mesmo que o suicídio seja visto como uma prática consciente, que objetiva pôr fim à própria vida, considera-se que, nem sempre, o objetivo dessa ação seja a autodestruição da vida (SCHLÖSSER; ROSA; MORE, 2014). Assim, outras questões precisam ser esclarecidas, tal como o ciclo natural da vida, as formas de controle da morte, os motivos que podem influenciar nesse ato violento, dentre outros aspectos, cujo intuito dessas reflexões seja o de proporcionar mais consistências às teorias e estudos desenvolvidos sobre o problema do suicídio.

O suicídio, que ocupa o primeiro lugar, entre as diversas causas de morte por violência, permeia todas as faixas etárias e vem crescendo em todo o mundo, nos últimos anos, principalmente entre jovens. Embora existam muitas controvérsias sobre suas causas e possíveis explicações, para quem realiza a autodestruição de si, é possível que fatores sociais, psicológicos e genéticos estejam envolvidos. A impulsividade e a agressividade representam os principais indícios provocadores da autoviolência (CHRISTANTE, 2010).

A respeito dos suicídios entre universitários, Medeiros (2012) identificou que os jovens suicidas sofrem pressões de forças externas, específicas do ambiente acadêmico, como rendimento escolar adequado para aprovação, realização de estágios e adequação ao perfil profissional, inserção no mercado de trabalho, dentre outras questões. Considera-se, além desses fatores, outros de ordem individual, como exigência da família, formação, personalidade, etc. A fusão desses diversos fatores pode exercer uma pressão altamente comprometidora à dimensão psíquica e à capacidade de controle do indivíduo.

Na mesma linha de pensamento, Pereira e Cardoso (2015) identificaram que o suicídio na população que frequenta as universidades tem crescido. E as causas apontadas foram semelhantes às encontradas por Medeiros (2012): a mudança de contexto de vida e as exigentes atividades a serem realizadas ao longo da vida acadêmica geram intensas inquietações e alterações de comportamento nos jovens.

Pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2018) revela que 10% dos universitários apresentaram ou apresentaram em algum momento da vida acadêmica pensamento suicida ou ideação de morte. Diante desse retrato, as universidades têm percebido a importante e urgente necessidade de ampliar os programas de saúde mental para a comunidade acadêmica, embora ainda haja um longo caminho de ações a ser percorrido.

Para uma melhor compreensão desse caminho, nesta pesquisa, foram contatadas pelos e-mails institucionais 30 universidades federais das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Vinte delas autorizaram a coleta de dados. Dessa forma, foi enviado por e-mail um questionário sobre políticas institucionais de prevenção ao suicídio para ser respondido pelos pró-reitores de Assistência Estudantil e pelos pró-reitores de Gestão de Pessoas das universidades. Um total de 15 universidades federais responderam os questionários. Desse modo, este estudo de abordagem mista quanti-qualitativa realizou-se em duas fases: a primeira, com a coleta de dados entre as instituições que concordaram em participar da pesquisa, e a segunda, com o estudo de caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em razão da insuficiência de dados nas outras universidades para um tratamento matemático mais robusto.

Dentre as 15 universidades federais nas regiões Sul e Sudeste do Brasil analisadas nesta pesquisa (Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Ouro Preto; Universidade Federal de São João Del-Rei; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal da Fronteira Sul; Universidade Federal da Integração Latino-Americana; Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal do Rio

Grande), nove têm conhecimento sobre todas as diretrizes nacionais de prevenção do suicídio contidas na Portaria nº 1.876 do Ministério da Saúde, de 14 de agosto de 2006, seis informaram que possuem conhecimento de quase todas as diretrizes nacionais, e apenas uma instituição registrou que conhece cerca de metade das diretrizes nacionais.

Contudo, somente uma instituição, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), possui um programa institucional de prevenção do suicídio. Outras nove universidades estão em fase de aprovação ou de elaboração de seus respectivos programas e quatro não adotam nenhuma medida de prevenção do suicídio.

Na UFMG, a construção do programa existente na universidade traçou um longo caminho de diálogo com a comunidade acadêmica, a partir da realização de eventos sobre saúde mental, agenda de trabalhos, fóruns, redes de escuta, ações de extensão, detecção das demandas dos alunos e servidores e união de esforços de vários setores da instituição.

Dessa união, foi criada em 2015 a Comissão Institucional de Saúde Mental (CISME), com a proposta de construir uma agenda de discussão e traçar diretrizes para a constituição de uma política de saúde mental para toda a universidade.

Em 2016, após os trabalhos da comissão, foi institucionalizada a Política de Saúde Mental da universidade, que tem como principais diretrizes: a construção permanente e participativa de uma política de atenção em saúde mental capaz de contemplar a diversidade da população-alvo e a diversidade de manifestações do sofrimento mental em suas variadas situações, para articular estratégias de planejamento e captação de recursos para o desenvolvimento de projetos e ações de promoção, atenção e reabilitação psicossocial em saúde mental; a desestigmatização e despatologização do sofrimento mental, de modo a construir uma cultura inclusiva, acolhedora, humanista e não violenta; estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de saúde mental, fomentar maior informação e comunicação sobre o sofrimento psíquico e a saúde mental; a promoção de qualidade de vida e ambiente não adoecedor, de modo a valorizar os espaços de convivência e de expressão cultural, acolher e acompanhar as pessoas em sofrimento ou acometidas de transtornos mentais, propiciando pertencimento institucional; o enfrentamento da cultura de autoritarismo, individualismo e produtivismo de modo a contemplar estratégias de resposta ao assédio e situações que contrariem os direitos humanos, equacionar os desafios concernentes à saúde mental nas relações educacionais e de trabalho, viabilizar o incentivo ao diálogo e à participação ativa da comunidade e das pessoas com sofrimento mental (UFMG, 2017).

Para a execução dessa política, a universidade construiu uma rede interna de acolhimento para o atendimento de pessoas da comunidade em sofrimento mental e criou um fluxo que informa à comunidade universitária o encaminhamento a ser seguido no caso de pessoas em sofrimento mental e também no caso de urgência e emergência.

Nas demais instituições que ainda não implementaram um programa institucional sobre essa questão, as principais atividades realizadas para enfrentar o problema do suicídio são a realização de rodas de conversa sobre saúde mental com a comunidade acadêmica; a organização de grupos de acolhimento para receber pessoas que queiram ajuda; oferta de atendimento psicológico aos estudantes e servidores; realização de palestras informativas para desmistificar a temática; reali-

zação de ações relacionadas ao “Setembro Amarelo”, mês dedicado à prevenção do suicídio, dando ênfase à necessidade de discutir o tema sem tabus e preconceitos; e a realização de atividades de promoção à saúde mental, como oficinas e grupos terapêuticos temáticos.

No bojo dessas atividades, três universidades contam com grupos de apoio e programas específicos voltados para a saúde mental da comunidade acadêmica com ações de caráter permanente e continuada.

A Universidade Federal de Ouro Preto possui uma agenda permanente de saúde mental com atividades semanais durante todo o ano. Além disso, por meio do Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência, oferece dois projetos à comunidade acadêmica: o “Grupo de Acolhimento e Cuidado ao Estudante (ABRACE)” e o de “Prevenção ao Suicídio Jovem: um Caminho Possível à Valorização da Vida”.

Já a Universidade Federal da Fronteira Sul possui um grupo de saúde mental que conta com a participação de docentes e técnico-administrativos, que trabalham em ações voltadas para a temática. E a Universidade Federal da Integração Latino-americana possui, desde 2017, uma Comissão de Saúde Mental que tem como objetivo instituir o Núcleo de Saúde Mental do qual participam representantes de toda comunidade acadêmica.

Caminhos possíveis para a Ufes

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) já conta com setores onde há atendimento psicológico disponível para estudantes e servidores técnicos e docentes nos quatro campi da instituição (Goiabeiras e Maruípe, ambos na capital, além de Alegre e São Mateus, no interior do estado). Para institucionalizar a saúde mental e o combate ao suicídio como uma política universitária, é preciso, em primeiro lugar, ampliar a divulgação desses serviços junto aos colegiados de cursos e espaços de convivência e melhorar a estrutura dos locais onde há atendimento.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci), que trata das políticas voltadas para os eixos da assistência estudantil, das ações afirmativas e da acessibilidade na Ufes, ainda carece de um núcleo de escuta que precederia o atendimento psicológico ofertado, de modo a promover uma escuta sensível como primeira abordagem de acolhimento.

Desse modo, o mapeamento dos programas e das ações de prevenção ao suicídio realizados nas universidades supracitadas tem como objetivo subsidiar a Ufes no processo de construção de suas ações afirmativas e políticas institucionais no que tange o problema em questão, que ainda carece de uma abordagem efetiva por parte da universidade, uma vez que esse serviço ainda é pouco divulgado na universidade.

Entre as principais ações identificadas nas 15 instituições analisadas que podem servir como modelo sugestivo para a Ufes, citamos a realização de eventos, seminário, congressos, *workshops* e rodas de conversa sobre saúde mental, necessários para a mudança da cultura institucional e a quebra de tabus; a criação de núcleos de apoio psicológico para alunos e servidores, bem como a divulgação massiva dos trabalhos realizados por esses núcleos para que a comunidade universitária se sinta confortável em procurá-los; a realização de ações com maior publicidade e envolvimento de múltiplos setores da universidade sobre o Setembro Amarelo; e a

publicação de uma guia ou de uma resolução que trata da questão da saúde mental e do combate ao suicídio de forma institucional pela Ufes, com diretrizes e encaminhamentos práticos de procedimentos e setores a serem acionados por quem sofre de algum tipo de adoecimento mental.

É imperioso destacar a importância da sensibilização de toda comunidade acadêmica para a temática da saúde mental. Docentes e servidores administrativos devem estar alinhados, precisam conhecer o tema e ter sensibilidade ao deparar-se com sofrimento mental, principalmente de alunos. Assim como esses também precisam conhecer o tema e saber onde encontrar apoio dentro da universidade.

Além disso, para o êxito de um programa de prevenção do suicídio será preciso um esforço da administração central na sensibilização de toda a comunidade para o tema da saúde mental e para sua discussão no dia a dia acadêmico. Será necessário implementar diretrizes nesse sentido e trabalhar para que elas sejam postas em prática por cada pessoa vinculada à universidade.

Por isso, para implementação de uma política de saúde mental, voltada para a prevenção do suicídio é importante que a instituição compreenda a sua realidade e entenda a saúde mental como pauta do cotidiano, buscando ser uma universidade acolhedora e de fato promotora da saúde em todos os aspectos. Pouco prosperará a implementação de uma política de prevenção do suicídio sem a participação da comunidade acadêmica na construção dessa política. Nomear uma comissão para realizar o diagnóstico de toda a instituição com o objetivo de envolver docentes que já pesquisam a área de saúde mental e suicídio e envolver os representantes discentes e os representantes dos técnicos administrativos na construção desse relatório institucional é o primeiro passo a ser adotado na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da família, dos amigos e do sistema público de saúde é imprescindível para o sucesso das medidas de prevenção do suicídio. Contudo, as universidades possuem um papel importante na vida das pessoas que compõem a comunidade universitária, seja provendo o vínculo empregatício e a carreira, no caso dos servidores técnicos, docentes e terceirizados, seja formando futuros profissionais, no caso dos estudantes. Portanto, as instituições de ensino não podem se furtar a contribuir para o bem-estar de seus membros.

Além disso, é consenso entre os estudiosos da temática do suicídio que o sofrimento é o gatilho que leva as pessoas a desistirem da vida, pela percepção de uma impossibilidade de solucionar o problema que as aflige. Esse sofrimento pode se manifestar por diversos sintomas, destacando-se a depressão, o fracasso, a frustração, as perdas e a baixa autoestima, entre outros fatores. Como vimos, o suicídio consiste em um fenômeno que ocorre em nível mundial e que tem preocupado não só os governos, como todos os segmentos que trabalham em políticas de prevenção para situações de saúde pública. Entre eles está a educação, com papel fundamental nesse processo, representada neste estudo pelas universidades federais brasileiras analisadas.

Diante disso, os resultados encontrados neste estudo demonstram que há um amplo espectro de ações que podem ser adotadas de forma simples ou com-

binada, os quais têm logrado êxito no enfrentamento do problema no âmbito das instituições de ensino superior pesquisadas. Essas ações se agrupam em duas dimensões: médico-psicológica e de apoio. No primeiro caso, são utilizados medicamentos para tirar a pessoa da crise a fim de estabilizá-la e obter um tratamento psicológico que surta efeito.

No segundo, o qual se trata da esfera de atuação onde reside a importância das políticas universitárias sobre o tema, estão diversas ações que vão desde o esclarecimento dos alunos e servidores quanto ao processo de depressão e adoecimento mental, com a oferta de oportunidades para a comunidade universitária receber acolhimento e apoio por meio de seminários, simpósios, rodas de conversa, debates e atendimento psicológico em núcleos de atenção à saúde, entre outras medidas. Salvar vidas requer empenho, planejamento e execução de medidas institucionais de enfrentamento ao adoecimento mental que desmistifiquem os tabus e os preconceitos.

REFERÊNCIAS

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **UFG – Debate reflete sobre saúde mental**. Brasília: Andifes, 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=58557>. Acesso em: 03 out. 2018.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BAHIA, Camila Alves et al. **Lesão autoprovocada em todos os ciclos da vida: perfil das vítimas em serviços de urgência e emergência de capitais do Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, Manguinhos, v. 22, n. 9, p. 2841-2850, 2017.

BARBOSA, Fabiana de Oliveira; MACEDO, Paula Costa Mosca; SILVEIRA, Rosa Maria Carvalho da. **Depressão e o suicídio**. Revista SBPH, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011.

BHAZ. **Novo caso de suicídio estudantil é registrado pela UFMG: segundo em uma semana**. Belo Horizonte: BHAZ, 2018. Disponível em: <https://bhaz.com.br/noticias/bh/estudante-ufmg-suicidio-veterinaria/>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006. **Institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Suicídio: saber, agir e prevenir**. Boletim Epidemiológico, Brasília, v. 48, n. 30, p. 1-15, 2017.

CHRISTANTE, Luciana. **Saúde Mental**. Unesp Ciência, Marília, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.unesp.br/aci/revista/ed13/com-saida>. Acesso em: 02 out. 2018.

CRUZ, Mayara Peres da; CAMARGO, Nayara. **Suicídio: Interfaces de um problema de saúde pública**. 2017. 71f. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Curso de Enfermagem, Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium, Lins, 2017.

DUTRA, Elza. **Suicídio de universitários: o vazio existencial de jovens na contemporaneidade**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 924-937, 2012.

FERREIRA JUNIOR, Avimar. **O comportamento suicida no Brasil e no mundo**. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 15-28, 2015.

FREUD, Sigmund. **Considerações atuais sobre a guerra e a morte**. In S. Freud Obras Completas (P. C. Souza, trad., Vol. 12, p.209-246). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GAMMONE, Maria Teresa et al. **O contexto do suicídio**. *Trilhas Pedagógicas*, v. 6, n. 6, p. 257-287, ago. 2016.
INFOMAR. Após quatro casos de suicídio, USP cria escritório de saúde mental. 2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/apos-4-casos-de-suicidiouse-cria-escritorio-de-saude-mental/>. Acesso em: 17 set. 2018.

KLEIN, Lucas Pitta. **UnB amanhece de luto**. 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/06/06/unb-amanhece-de-luto/>. Acesso em: 17 set. 2018.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Educação para a morte**. *Psicologia, ciência e profissão*, Universidade de São Paulo, v. 25, nº 3, p. 484 – 497, 2005.

MEDEIROS, Milene Nazaré Félix. **Risco de suicídio, saúde e estilos de vida** - Estudo com estudantes universitários. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global Health Observatory**. 2017. Disponível em: <http://www.who.int/gho/en/>. Acesso em: 30 set. 2018.

PEREIRA, Adelino Gonçalves; CARDOSO, Francisco dos Santos. **Ideação suicida na população universitária: uma revisão de literatura**. *Revista E-Psi*, v. 5, n. 2, p. 16- 34, 2015.

SCHLÖSSER, Adriano; ROSA, Gabriel Fernandes Camargo; MORE, Carmen Leontina. **Revisão: comportamento suicida ao longo do ciclo da vida**. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 133, p. 1-145, 2014.

TENG, Chei Tung; PAMPANELLI, Mariana Bonini. **O Suicídio no contexto psiquiátrico**. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/29343876/teng-pampanelli-2015-osuicidio-no-contexto-psiuiatrico>. Acesso em 15 ago. 2018.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Relatório Conclusivo da Comissão Institucional de Saúde Mental - CISME/UFMG**. 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Relatorio%20da%20Comiss%E3o%20de%20Saude%20Mental%20da%20UFMG%2010-03-17.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.